

Japoneses já contam as perdas

Washington — Os credores japoneses terão que incluir hoje, no fechamento dos balanços bancários, os prejuízos por conta do não-recebimento de juros devidos pelo Brasil, já que até a noite de ontem não havia nenhum acordo com o ministro da Fazenda, Bresser Pereira, embora este tivesse recebido no hotel Sheraton o presidente do Banco de Tóquio, Iusuka Kashiwagi. Esse encontro serviu apenas para dar uma satisfação.

“Não recebemos nada do Brasil, mas fizemos nossas provisões”, disse, antes do encontro, o diretor-gerente do Banco de Tóquio em Nova Iorque, Tamotsu Yamaguchi, que acompanhava o presidente da instituição. O Banco de Tóquio é detentor da maior parte da dívida de US\$ 13 bilhões que o Brasil tem junto a instituições japonesas, cuja data de fechamento de balanço é 30 de setembro, quando

terão que levar em conta as perdas com o Brasil.

O executivo japonês, reponsável pelas operações no hemisfério, disse esperar uma “solução satisfatória para ambas as partes”. No decorrer das negociações entre o Brasil e o comitê de assessoramento dos bancos credores com relação ao prazo para fechamento dos balanços, ele admitiu que não há outra solução, já que o Brasil suspendeu os pagamentos de juros desde a moratória.

“Não temos outra escolha” — lamentou, diante das salas ocupadas pela delegação brasileira no décimo andar do luxuoso hotel Sheraton, onde por três dias está se realizando a 42ª Assembleia Anual do Fundo Monetário Internacional e Banco Mundial.

Milhares de delegados dos 150 países-membros, além de banqueiros de todo o mundo, acompanham a assembléia.

O dirigente do Banco de Tóquio não quis comentar a exigência que seu país vem fazendo, segundo a qual o Brasil teria que fazer um acordo formal com o FMI, antes de renegociar com os bancos privados. Aparentemente, os japoneses também já aceitaram a possibilidade de separar as duas coisas, seguindo a mudança de posição do secretário norte-americano do Tesouro, James Baker II.

Yamaguchi disse que os japoneses estão levando em consideração a retomada das conversações entre o Brasil e o comitê de assessoramento, embora isso não signifique, neste caso, que possam deixar de cumprir a legislação que os obriga a deduzir dos lucros os juros que deveriam ter recebido do Brasil, desde fevereiro, por conta de empréstimos de médio e longo prazos.